



“Em mangas de camisa”: lugares-comuns do gênero epistolar a partir de cartas de escritores brasileiros do século XX

“In Shirt-Sleeves”: Commonplaces of the Epistolary Genre in Letters of Brazilian Writers of the 20th Century

Emerson Tin

Faculdades de Campinas (FACAMP), Campinas, São Paulo / Brasil

emerson.tin@facamp.com.br

Resumo: O objetivo deste artigo é, a partir de exemplos extraídos da correspondência de quatro escritores brasileiros do século XX (Monteiro Lobato, Mário de Andrade, Graciliano Ramos e Fernando Sabino), proceder ao levantamento de algumas considerações esparsas sobre o ato de escrever cartas, que compreendem não só comentários sobre a materialidade do ato em si (por exemplo, o papel ou a tinta empregados, o uso da máquina de escrever), mas também sobre as possibilidades e impossibilidades proporcionadas pelo próprio gênero epistolar (a ideia da carta como uma “conversa por escrito”, os lugares-comuns e as limitações do gênero). Pretende-se, assim, entender como a escrita de cartas se construiu ao longo do século passado, a despeito da praticamente inexistente produção de obras teóricas para a orientação da escrita de cartas, ao contrário do que se viu nos séculos anteriores.

Palavras-chave: cartas brasileiras; século XX; correspondência; escrita de cartas; epistolografia.

Abstract: The aim of this article is, by drawing on the correspondence exchanged among four Brazilian writers of the twentieth century (Monteiro Lobato, Mário de Andrade, Graciliano Ramos and Fernando Sabino), to survey some scant considerations about the act of writing letters, which include not only comments on the materiality of the act itself (e.g. the paper or ink employed and the use of the typewriter), but also on the possibilities and impossibilities provided by the epistolary genre (the idea of the letter as a “written conversation”, the commonplaces and limitations of the genre). It is intended, therefore, to understand how the writing of letters was built during the

last century, in spite of the nearly nonexistent production of theoretical works for the analysis of letter writing, in contrast to what was seen in the previous centuries.

Keywords: Brazilian letters of the twentieth century; correspondence; letter writing; epistolography.

1 Introdução

Praticamente desde o surgimento da escrita, a humanidade escreve cartas. A necessidade de comunicação a distância fez surgir esse gênero textual, que tem acompanhado a história do homem ao longo dos séculos. A teorização do gênero epistolar, porém, conhecerá seu auge apenas na Idade Média e no Renascimento, épocas que viram surgir os mais bem acabados exemplos de tratados de escrita epistolar. Não que, antes desse período, não tenha havido textos teóricos sobre a epistolografia. Havia considerações dispersas sobre o gênero, como na obra de Cícero, ou partes de tratados mais amplos de retórica, como em Demétrio ou Caio Júlio Victor.¹

Ao contrário de séculos anteriores, a modernidade não se debruçou sobre a produção de obras teóricas para a orientação da escrita de cartas.² O século XX conheceu, quando muito, manuais de popularização do gênero, obras de intenção didática e prática, formulários de modelos antes de tudo – obras, para ficarmos no contexto brasileiro, como o *Livro de composição*, de Olavo Bilac e Manoel Bomfim, com seu capítulo dedicado às cartas, ou *O Secretário Moderno ou Guia indispensável para cada um se dirigir na vida sem auxílio de outrem*, de J. Queiroz, ou ainda *A arte de escrever cartas e os meios de adquirir um bom estilo*, de Eduardo Sucupira Filho. Isso não significa, no entanto, que os escritores que se dedicaram à epistolografia não se viram às voltas com questões cruciais para a escrita de cartas. Ao longo de páginas e páginas de missivas, encontramos, salpicadas aqui e ali, reflexões sobre a formatação e, muitas vezes, sobre a limitação do gênero.

¹ Para um excuro histórico sobre o tema, cf. TIN, 2005, p. 17-30.

² Essa observação, como se verá em seguida, diz respeito à produção de obras para a escrita de cartas, na tradição da *ars dictaminis* medieval e dos tratados do Renascimento. No âmbito acadêmico, todavia, o gênero epistolar ganhou um grande fôlego como objeto de pesquisa ao longo da segunda metade do século XX e nas primeiras décadas do século XXI, com inúmeros trabalhos de grande relevância que se dedicam à produção epistolar de escritores de renome, especialmente na França, mas também aqui no Brasil.

O objetivo deste artigo, assim, é justamente proceder à apresentação de uma pequena amostragem, a partir da correspondência de quatro escritores brasileiros do século XX – Monteiro Lobato, Mário de Andrade, Graciliano Ramos e Fernando Sabino –, das considerações esparsas sobre o ato de escrever cartas, que, sendo verdadeiros lugares-comuns epistolares, vão desde as questões mais corriqueiras em torno da materialidade da escrita (escolha do papel, da tinta a ser empregada, o uso da máquina de escrever, por exemplo) a reflexões mais aprofundadas sobre a própria natureza da escrita epistolar, nunca nos esquecendo, é claro, da advertência que Vanessa Massoni da Rocha nos faz a respeito da escrita epistolar de que, “por detrás da escrita à primeira vista simplória, figura o inegável trabalho performático e linguístico do missivista para solicitar o interlocutor e, ao se fazer observado, retornar para sua representação e sua interpretação de si” (ROCHA, 2017, p. 23).

2 O pacto epistolar

Como exercício de sociabilidade, a correspondência exige a firmação de um pacto, o pacto epistolar. Como bem registra Anne Vincent-Buffault,

a declaração de amizade é acompanhada de um pacto epistolar que é da natureza tanto do ritual quanto do contrato em que escreve um convite à amizade, uma expressão subjetiva que liberta dos códigos formais. É assumido o compromisso de escrever francamente, de uma só vez, sem efeito de estilo nem excesso de artifício. Trata-se menos de abandonar as fórmulas de civilidade para manifestar a afeição do que de se convidar a “dizer tudo” ou “de nada se poupar”, a levar sempre adiante a descoberta de si no outro e do outro em si, construindo-se mutuamente (VINCENT-BUFFAULT, 1996, p. 41)

Vê-se a celebração do pacto epistolar na carta escrita, de São Paulo, por Monteiro Lobato a seu fiel correspondente Godofredo Rangel em 9 de dezembro de 1903:

Sigo logo para a fazenda e quero de lá corresponder-me contigo longa e minuciosamente, em cartas intermináveis – mas é coisa que só farei se me convencer de que realmente queres semelhante coisa. [...] Responda sem demora se está disposto a ser caceteado à distância – telecaceteado! Pode dirigir a carta para Taubaté, para onde sigo nestes três dias. (LOBATO, 1964a, p. 32, 33).

É o que se nota, ainda, em carta de Fernando Sabino a Mário de Andrade, escrita de Belo Horizonte e datada de 15 de janeiro de 1942, em que o remetente destaca, inclusive, a importância formadora da epistolografia marioandradina:³ “Você me desculpe a desordem e a extensão desta minha carta. Queria lhe dizer várias coisas mais. Pediria até a você que me escrevesse outra vez, depois de recebê-la, caso seja possível. Pelo que eu vi suas cartas ajudam muito a gente” (SABINO, 2003, p. 17). Ao que Mário de Andrade responde, de São Paulo, em 25 de janeiro do mesmo ano, firmando o pacto:

Recebi sua carta e refleti sobre ela. A conclusão mais séria pra mim é a seguinte: Vejo que estamos os dois na iminência de iniciar uma correspondência longa e nutrida. Pra você, moço, cheio de vida e ainda não “consagrado”, ansioso de saber, isso não vai ser difícil. Pra mim vai. Seria estúpido eu não saber que sou “consagrado”. Só os esforços, os esperneios, os papelões que faço pra não virar medalhão duma vez, você nem imagina. Sucede, pois, é natural, que tenho muitíssimo trabalho e também uma correspondência enorme. Não hesito um só segundo em lhe garantir que, apesar de tudo isto, não me pesará em nada lhe escrever muito, auxiliar você no que eu possa. Apenas, preliminarmente, eu desejo que você se examine bem, num verdadeiro exame de consciência, antes de se decidir a exigir esta correspondência.

Veja bem: você tem direito de exigir minhas cartas e explicações. Você tem os direitos da idade, de querer saber e de querer ser. Isso lhe basta, me basta e, aliás, é tudo. Me escreva pois quanto e quando quiser. E deve abolir do seu espírito e da sua timidez natural a ideia de que está me chateando, me fazendo perder tempo. Si posso ser útil, meu tempo está ganho (SABINO, 2003, p. 20).

A carta permite, assim, que, em um não lugar, remetente e destinatário se encontrem, como lemos na carta de Mário de Andrade a Anita Malfatti, escrita no Rio de Janeiro e datada de 1º de abril de 1939:

É manhãzinha e estou dando balanço nas minhas cartas atrasadas. Me encontro com você, minha boa amiga, e a felicidade chega num momento. O mundo que amanhecera sem graça cheio

³ Incontornável, nesse sentido, é o estudo de Marcos Antonio de Moraes, *Orgulho de jamais aconselhar: a epistolografia de Mário de Andrade* (São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2007).

de neblinas chuvosas, se rasgou todo num louro raio de sol (ANDRADE, 1989, p. 145).

Como observou Vincent-Buffault (1996, p. 41), o pacto epistolar liberta dos códigos formais. Desse modo, em carta de Taubaté, de 20 de janeiro de 1904, encontramos a seguinte censura de Lobato a Rangel, em relação à linguagem das cartas:

E agora, um puxão de orelhas: Por que usas etiqueta comigo? Tuas cartas vivem cheias de “faça o favor”, “se não for incômodo”, e mais fórmulas da humana hipocrisia. São tropeços. Quando te leio, vou dando topadas nisso. Faça como eu. Seja bruto, chucro, enxuto (LOBATO, 1964a, p. 52).

Semelhante censura se encontra no *post-scriptum* da carta de 07 de novembro de 1904, enviada de São Paulo:

P. S. – Apontas-me, como crime, a minha mistura do “você” com “tu” na mesma carta e às vezes no mesmo período. Bem sei que a Gramática sofre com isso, a coitadinha; mas me é muito mais cômodo, mais lépido, mais saído – e, portanto, sebo para a coitadinha. Às vezes o “tu” *entra* na frase que é uma beleza; outras é no “você” que está a beleza – e como sacrificar essas duas belezas só porque um Coruja, um Bento José de Oliveira, um Freire da Silva, um Epifânio e outros perobas “não querem”? Não fiscalizo gramaticalmente minhas frases em cartas. Língua de cartas é língua em mangas de camisa e pé no chão – como a falada (LOBATO, 1964a, p. 79).

Note-se que Lobato utiliza aqui uma metáfora de vestuário para falar da linguagem das cartas – “língua de cartas é língua em mangas de camisa”. Mais ou menos 20 anos depois dessa carta, Mário de Andrade, numa carta ao jovem Carlos Drummond de Andrade, utilizaria imagem semelhante:

A sua carta é simplesmente linda. E tem uma coisa que não sei se você notou. A primeira vinha um pouco de fraque. A segunda era natural que viesse de paletó-saco. Mas fez mais. Veio fumando, de chapéu na cabeça, bateu-me familiarmente nas costas e disse: Te incomodo? (ANDRADE, 1982, p. 11).

A mesma metáfora do vestuário seria empregada novamente por Mário de Andrade a Drummond em carta de 16 de outubro de 1925: “[...] em carta continuarei sempre a falar com vocês ‘de pijama e de chinelo’ como diz o Manuel” (ANDRADE, 1982, p. 51).

O pacto epistolar também se revela nas cobranças de cartas ou de sua assiduidade. É o que se pode notar na carta de Graciliano Ramos à esposa, Heloísa de Medeiros Ramos, datada de 8 de outubro de 1932:

Como você me pede para escrever sempre, pelo menos uma linha, aqui lhe mando a linha. Mas não é bom aceitar a obrigação de escrever por todos os correios, porque posso esquecer a tarefa e ando, como você sabe, muito ocupado com a Madalena e a d. Marcela (RAMOS, 1992, p. 130).

Ou ainda na carta de Mário de Andrade a Anita Malfatti, escrita em São Paulo e datada de 18 de março de 1924, uma verdadeira “confissão de dívida”:

Devo-te cartas. Perdoa. Não podes imaginar que vida fantástica a minha. Milhões de coisas por fazer. Não faço nem a metade do que devo. É um horror delicioso. Só me dói realmente isso de não poder escrever mais sempre aos amigos do coração, como tu (ANDRADE, 1989, p. 74).

É ainda de Mário de Andrade a Anita Malfatti o exemplo seguinte, extraído de carta escrita em São Paulo a 9 de fevereiro de 1927:

você se queixa que as minhas cartas vão rareando... Não queixa não, Anita, que fico triste! A culpa palavra que não é minha. É desta vida safada do diabo que não me dá um momento de liberdade, só trabalho trabalho, descanso mesmo não vejo nenhum (ANDRADE, 1989, p. 129).

Parece que a destinatária teria se queixado novamente ao remetente, já que, um ano depois, em carta de São Paulo datada de 27 de fevereiro de 1928, Mário de Andrade ainda justificaria sua falta de assiduidade:

Você se queixa das minhas cartas estarem rareando e tem mesmo razão. Também o Manuel Bandeira já se queixou do mesmo. Porém quê que hei-de fazer! Você não imagina como trabuco nesta vida. Também por outro lado só vendo o dilúvio de cartas que recebo e escrevo! O círculo vai aumentando, sou incapaz de

trocar amigos velhos por novos é lógico, porém não tenho direito também de não querer novos. Por que, si o coração é de borracha, estica, estica e vai cabendo dentro dele?

Minha correspondência está ficando assustadora de tão guaçu. Me entristece um bocado porque nem posso mais conversar direito com ninguém. É só carticas pequitinhas falando recados de dez, vinte linhas, tudo bobagem, besteira e minha alma mesmo? qual! não tem mais tempo não pra se estender todinha no papel e ir bater no peito do companheiro longe... Não vê! agora ela abre uma janelinha de meia página, dá um té-logo afobado e entra de novo lá no dentro guardado e escuro. Sinto bem porque meu jeito mais verdadeiro é andar mostrando em cartas gozadas de intimidade esta alma pândega que me coube na grande distribuição. Mas paciência pois que não pode ser!... (ANDRADE, 1989, p. 137-138).

Se o pacto epistolar obriga, criando deveres ao remetente que proporcionam direitos de cobrança ao destinatário, ele o faz somente entre os correspondentes, como Lobato admoesta Rangel em carta de 21 de setembro de 1915: “O Bernardo escreve-me de vez em vez e eu lá vou respondendo de corpo mole. O fato de me corresponder com você, Rangel, não me obriga a fazer o mesmo com quem queira corresponder-se comigo” (LOBATO, 1964b, p. 49).

Se o pacto epistolar obriga, permite que se cobre reciprocidade, tal como o faz, jocosamente, Fernando Sabino a Paulo Mendes Campos, em carta de Nova Iorque, datada de 6 de outubro de 1946: “Veja só que pontualidade epistolar: acabo de receber suas cartas e já estou respondendo. Isso de qualquer maneira te intima a fazer o mesmo quando receber esta. E antes de tudo: por favor date suas cartas, e não mas mande naquela desordem” (SABINO, 2002, p. 106).

3 Considerações sobre a materialidade da escrita

Pode-se dizer que as considerações sobre a materialidade da escrita, mais do que constituírem um lugar-comum da correspondência, indicam a preocupação com o outro, o destinatário, diante de quem o remetente se faz presente por meio da carta. É o que se pode perceber, por exemplo, na carta de Graciliano Ramos escrita a sua irmã Leonor Ramos, datada de 10 de julho de 1915 e enviada do Rio de Janeiro, ao desculpar-se pela qualidade do papel utilizado na carta:

Desculpa-me escrever-te neste miserável papel comercial. É que as tiras já lá se foram, umas bem empregadas, as que mandei a meu pai e a minha mãe, outras mal, talvez, as que lá embarcaram para Paraíba do Sul, cobertas de *traços*. Tu me perdoas, decerto, o grande pecado que eu cometi não te enviando, logo após tua chegada, minhas felicitações por tua boa vinda, etc., etc. (RAMOS, 1992, p. 59).

Comentário semelhante também se encontra na carta de Mário de Andrade a Anita Malfatti, escrita no Rio de Janeiro e datada de 12 de fevereiro de 1939, em que o remetente se queixa da cor do papel que está empregando:

Anita,
sua carta ficou linda em papel cor-de-rosa, mas não vê que vou comprar papel de carta, que o meu acabara, peço a mesma marca Five o'Clock e me dão desta cor, que si fica bonita nas suas mãos femininas, fica simplesmente ridícula nas minhas. Deus queira que eu tenha logo cem cartas pra escrever e acabar com este papel de que lhe peço desculpa (ANDRADE, 1989, p. 143).

Ou ainda na carta de Fernando Sabino a Otto Lara Resende, em carta do Rio de Janeiro, de 3 de fevereiro de 1969: “Você merece um papel melhor mas aqui em casa só tem este” (SABINO, 2002, p. 277).

Por vezes, é a falta de papel o assunto, como justifica Lobato a Rangel, em carta de 12 de agosto de 1916: “Não respondi à última há mais tempo... adivinha por quê? Por falta de papel! Aqui na roça, quando o papel acaba não existe o recurso de mandar a criadinha ao empório da esquina em busca dum bloco” (LOBATO, 1964b, p. 99-100). Ou Fernando Sabino a Otto Lara Resende, em carta de Nova Iorque, datada de 30 de outubro de 1946 – carta em que também, de modo incidental, aproveita para informar ao destinatário sua mudança de endereço:

Recebi sua carta não tão longa como exige nossa atual epistolofilia, mas satisfatória e que me trouxe bastante alegria. Quero continuar a manter nossa atual pontualidade nas respostas, mas acontece que neste penúltimo dia de outubro às dez horas da noite, na minha nova moradia (uma casinha conjugada em Forest Hills, Queens, Long Island, New York City, U. S. A.), me descobri absolutamente sem folha de papel aéreo a não ser esta filha única. Portanto, vou procurar ser conciso, mas escrever assim mesmo e não te dar pretexto para atrasar resposta (SABINO, 2002, p. 115).

Também a letra é motivo de reflexão nas cartas de alguns escritores – mais uma vez, um indício da preocupação do remetente em relação ao destinatário. É o que se pode notar na observação seguinte, extraída de carta de Monteiro Lobato a Godofredo Rangel, escrita em Areias a 22 de setembro de 1909: “Que letra péssima tens – ainda pior que a minha! Precisamos arranjar máquinas de escrever. Mas eu, quando quero, escrevo legibilíssimamente, e você quanto mais capricha pior fica” (LOBATO, 1964a, p. 275). É o caso também de Fernando Sabino em carta de Belo Horizonte a Mário de Andrade, datada de 30 de janeiro de 1942: “Não sei se me explico bem, e talvez não consiga que você entenda nem a minha letra... (Se for o caso, me avise, que a próxima escreverei a máquina)” (SABINO, 2003, p. 27). Ou ainda na carta enviada de Nova Iorque em 21 de maio de 1946 a “Nicodemus & Pajé”:⁴

Outro dia escrevi uma carta para vocês, mas era uma carta escrita numa máquina tão estupidamente americanizada que no fim acabei ficando com raiva e mandando a carta a aquela parte. Imaginem que na máquina lá do hotel paga-se 10 cents por 30 minutos, exatamente como aquelas eletrolas papa-níqueis: joga-se o níquel e depois se escreve meia hora. Se quiser mais, a máquina só anda outra meia hora com mais 10 cents. E não tem til nem acentos de espécie alguma, nem cedilha.

Bem, eis-me aqui: vai a mão mesmo (SABINO, 2002, p. 80).

Mário de Andrade também se mostrava preocupado com a apresentação geral de suas cartas, como se pode perceber no fecho da carta escrita em São Paulo, em 20 de janeiro de 1926, à amiga Anita Malfatti, por quem, como se sabe, o escritor nutria um grande afeto: “Não repare no desalinho ingênuo desta carta cheia de ‘você’. Foi escrita a 120 quilômetros por hora” (ANDRADE, 1989, p. 113)

4 Tal preocupação se revelava ainda na felicidade com que a adoção da máquina de escrever causava a remetentes e destinatários, como registra Mário de Andrade em 18 de abril de 1925, em carta a Manuel Bandeira:

⁴ Segundo nota de Fernando Sabino (2002, p. 29), eram os “fraternos apelidos com que nos referíamos uns aos outros”. “Pajé” era um dos apelidos de Otto Lara Resende; “Nicodemus”, de Paulo Mendes Campos.

Manuel do coração,

comunico que comprei esta máquina. Se você estivesse aqui era um abraço pela certa, tanto que estou contente. Já se sabe: pelo processo amável das prestações. Engraçado, por enquanto me sinto todo atrapalhado de escrever diretamente por ela. A ideia foge com o barulhinho, me assusto, perdi o contacto com a ideia. Isso: perdi o contacto com ela. Não apalpo ela. Mas isso passa logo, tenho a certeza e agora é que você vai receber cartas bonitas de mim (MORAES, 2001, p. 200).

Também nesse mesmo sentido a carta de Monteiro Lobato a Oliveira Viana, em que, de modo jocoso, elogia o fato de o destinatário ter adotado a máquina de escrever para sua correspondência:

Ora graças que se civilizou – deixou a pileca antediluviana do escrever com as unhas e passou ao teclado. Quantas vezes não insisti com você para que mudasse? Dedo humano não foi feito para escrever, e sim para meter no nariz, para fazer cócegas nas mulheres, para coçar, etc. Finalmente a gente pode agora receber uma carta do Sr. Oliveira Viana sem um suspiro. Tua letra faz muita gente suspirar! Estou agora catequizando o Godofredo Rangel, que gatafunha tão ininteligivelmente como aquele O. V. que felizmente já passou. Viva a máquina!

Vais ver como a máquina te alerta o pensamento. Cada pancadinha é uma chicotada que repercute nas células cerebrais e fã-las pular. Este ano meti-me numa *noiseless*. Ah, não aguentei! Dava-me sono. Passei ou voltei às barulhentas (NUNES, 1986, p. 95-96).

As considerações sobre a materialidade da escrita também se registram em comentários sobre as condições de produção da carta. Encontramos, em geral, remetentes escrevendo apressadamente, premidos pelo tempo, seja em razão do horário dos Correios, seja pelo volume de trabalho ou por circunstâncias alheias à sua vontade que os impedem de se dedicar com mais vagar a “conversar por escrito”. Tal é o registro que faz Graciliano Ramos, à guisa de *captatio benevolentiae*, ao amigo J. Pinto da Mota Lima Filho, em carta escrita em Palmeira dos Índios e datada de 18 de fevereiro de 1914: “Escrevo-te agora às 8 horas da manhã, rapidamente, para não perder o correio. Falemos intelectualmente; falaremos depois *coracionalmente*. Se estivesses aqui presente, dava-te um abraço capaz de rebentar todos os teus ossos” (RAMOS, 1992, p. 25). Também de Graciliano Ramos à esposa, Heloisa de Medeiros Ramos, o trecho seguinte, da carta de 10 de setembro de 1932:

Aqui, à pressa, para aproveitar o correio, escrevo-lhe duas linhas. Tudo vai bem, graças a Nosso Senhor. Mando-lhe o cobre que pede. E não me estiro mais, porque tenho medo de não encontrar mais o registro do correio aberto e fazer v. ficar mais dois dias sem resposta à carta que me mandou. Amanhã ou depois escreverei com mais vagar (RAMOS, 1992, p. 124).

Se havia tanta pressa “para aproveitar o correio”, por que a preocupação em consignar tal fato na carta? Não valeria mais a pena concentrar-se na “resposta à carta” enviada? A deferência, o respeito, o amor, qualquer que seja o sentimento nutrido pelo remetente em relação ao destinatário pode nos auxiliar a compreender registros dessa natureza no corpo das cartas analisadas.

Por fim, há considerações ainda sobre o momento da escritura e suas interrupções. Afinal, se a carta é uma conversa escrita, como sempre foi definida, nada mais esperado que registre os acontecimentos em torno do remetente, como se efetivamente se tratasse de uma conversa. É o que se vê, por exemplo, na carta de Monteiro Lobato a Godofredo Rangel, escrita em Taubaté a 5 de fevereiro de 1904, em que uma “interferência” – possivelmente, uma pretendente do jovem escritor – serve de pretexto para o encerramento da conversa:

Esta carta, Rangel, está sendo interferida por um pssiu...
Aquele “Um Literato” que saiu no *Minarete* está bom; não digo ótimo, mas bom.
Onde anda o Nogueira?
Impossível, Rangel. A interferência continua. Adeus (LOBATO, 1964a, p. 56).

Também na carta escrita em Taubaté a 9 de novembro de 1911:

Rangel: esta carta foi interrompida há dias, e desde então corri tanto de cá para lá que perdi todos os fios. É que estou me mudando para a fazenda, o que me vai tomar todo o mês. E só depois de lá bem instalado é que poderei reatar a nossa prosa sem fim (LOBATO, 1964a, p. 318).

Havia necessidade do registro da interrupção no texto da carta? Certamente que não. No entanto, a observação não só demonstra a afeição do remetente pelo destinatário, mas também, e sobretudo, reforça a visão da carta como uma “conversa por escrito”, cuja causa de interrupção, qualquer que seja ela, precisa ser anotada.

De modo semelhante, o seguinte trecho de carta de Mário de Andrade a Anita Malfatti, escrita em São Paulo a 18 de março de 1924, cujo fluxo é interrompido pela chegada de um aluno do remetente: “Agora até logo. Chegou um aluno. Quando sair, virei acabar a carta. -----
----- Pronto: aqui estou de novo. Só que, em vez duma hora, a carta esperou cinco e meia. Continuemos: [...]” (ANDRADE, 1989, p. 74). Ou ainda na carta a Fernando Sabino, escrita de São Paulo a 16 de junho de 1943, interrompida pela hora do jantar: “A janta tá na mesa. Até logo --- Só recomêço a carta às 22 e 30, uns amigos estiveram aqui. Bem, mas o que eu ia falando é que [...]” (SABINO, 2003, p. 111).

Também se encontram registros dessa natureza em cartas de Graciliano Ramos, como na escrita de Palmeira dos Índios ao amigo J. Pinto da Mota Lima Filho a 20 de julho de 1914: “Quando recebi os dois livros que me mandaste, comecei a escrever esta carta. Faz mais de dois meses, creio. Estou hoje com vontade de terminá-la” (RAMOS, 1992, p. 31). Ou como no trecho da carta enviada do Rio de Janeiro à mãe, Maria Amélia Ferro Ramos, em 20 de outubro de 1914, em que a escrita é interrompida por eventos do cotidiano: “Passei o dia a dormir. À noite saí. Agora, duas horas da madrugada, volto a continuar esta carta” (RAMOS, 1992, p. 39).

Ou nas cartas de Fernando Sabino, como as interrupções do discurso epistolar motivadas por intervenções de sua filha Eliana. Por exemplo, na carta escrita de Nova Iorque a Hélio Pellegrino, em 10 de agosto de 1946:

Mas gostaria de subir lá em cima e protestar contra alguma coisa, contra este país inteiro.

Klçiuym,.lç°khunvclçp°utc.

Isso aí em cima foi a Eliana que chegou e escreveu. É o protesto dela (SABINO, 2002, p. 94).

E ainda na carta escrita a Otto Lara Resende a 7 de dezembro de 1946, também de Nova Iorque:

Eliana está querendo escrever nesta máquina também. Acaba de vir aqui, trazendo as coisinhas dela, e dispondo-as sobre a mesa: uma lata vazia, um pedaço de papelão, o cabo de um revólvinho de brinquedo e uma caixa de fósforos vazia. Arrumou, desarrumou, tornou a arrumar, e acabou pegando tudo e levando embora. Agora voltou, ficou passando a mão na máquina de leve e falando

baixinho “papai, papai”, até que de repente eu puxei o carro da máquina, resultado: machuquei a mãozinha dela. Veja só o que eu fui fazer, Pajé.

– São nove horas: nessas três horas fui todo pai (SABINO, 2002, p. 131-132).

Sendo “conversa escrita”, que torna presentes os ausentes, a carta teria de registrar as interrupções ao seu fluxo natural, como se pôde ver nos exemplos acima.

4 “Conversa escrita”

A definição da carta como parte de um diálogo diferido no tempo vem, desde a Antiguidade, sendo repetida ao longo dos séculos e reaparece nos mais diversos manuais, como no *Livro de composição*, de Olavo Bilac e Manoel Bomfim: “Carta é conversação escrita. A forma epistolar, tão citada pelas suas dificuldades, cifra-se nisso: dar à escrita o tom de palestra; dizer, escrevendo, o mesmo que se diria conversando” (BILAC; BOMFIM, 1930, p. 187). Semelhantemente a conceitua o *Secretário Moderno*, de J. Queiroz: “Que é uma carta? Uma conversa ao longe, entre pessoas ausentes; porém, uma conversa escrita” (QUEIROZ, 1950, p. 9). Do mesmo modo, em *A arte de escrever cartas e os meios de adquirir um bom estilo*, Eduardo Sucupira Filho define: “Uma carta – quer seja de amizade ou cortesia, quer trate de negócios – é sempre uma conversação escrita” (SUCUPIRA FILHO, 1968, p. 15).

É o que se encontra também nos mais diversos epistológrafos brasileiros do século XX. Escrever cartas, para Monteiro Lobato, era “conversar por escrito”, como se pode ler na carta de 27 de outubro de 1904, dirigida a Godofredo Rangel:

[...] voltei hoje para meu quarto cheio de tremendíssimas intenções, disposto, como nunca, a empanturrar-me de ciência. Mas assim que abri o Paula Batista,⁵ o cão do vizinho à esquerda prorrompeu em uivos à lua que nem um poeta; os filhos do vizinho da direita

⁵ Talvez Lobato se refira ao *Compendio de theoria e pratica do Processo Civil comparado com o Commercial e de Hermeneutica Juridica: para uso das Faculdades de Direito do Brazil* (1855), de Francisco de Paula Batista (1811-1882), jurista e político brasileiro. A Faculdade de Direito do Largo de São Francisco possui um exemplar do livro publicado pela Garnier em 1901.

vieram brincar sob a minha janela; e a filha dos vizinhos da casa fronteira veio à porta da rua para o seu habitual dedo de namoro noturno. De modo que essas três irredutíveis instituições humanas – o vizinhato, o cão e o namoro noturno – interpuuseram-se como uma trindade de aço entre mim e a ciência do Paula Batista, e com tal prepotência que me vi forçado a afastar o poço de sabedoria e matar o tempo com uma instituição humana: conversar por escrito (LOBATO, 1964a, p. 71-72).

Consideração semelhante se encontra na abertura da carta datada de 20 de fevereiro de 1905 e também dirigida a Rangel: “conversemos enquanto chove” (LOBATO, 1964a, p. 94). A chuva, no caso, proporciona o retiro necessário à escrita epistolar, a isenção das atividades cotidianas.

É o que se pode ver, de modo similar, em cartas de Mário de Andrade a vários de seus correspondentes. Por exemplo, no início da carta a Drummond, escrita em São Paulo e datada de 16 de outubro de 1925: “São 23 horas e hoje não trabalho mais mesmo. Pois então conversemos” (ANDRADE, 1982, p. 48). E também na carta de 22 de dezembro de 1925: “Só uma conversinha” (ANDRADE, 1982, p. 62). Não de modo diferente, é o que se encontra no início da carta a Manuel Bandeira, escrita de São Paulo em 11 de maio de 1925: “Vou aproveitar melhor pra ver se converso um pouco com você” (MORAES, 2001, p. 210). Ou ainda na carta de 31 de maio de 1925: “Estou num desses momentos em que a gente carece dum amigo, por isso vim conversar com você” (MORAES, 2001, p. 212). E também a Fernando Sabino, em carta escrita de São Paulo em 6 de janeiro de 1945, pouco mais de um mês antes de sua morte: “Tenho duas horas e vamos conversar um bocado” (SABINO, 2003, p. 209).

Também nas cartas de Fernando Sabino, aliás, a ideia da “conversa” por escrito aparece. Por exemplo, para Otto Lara Resende, em carta do Rio de Janeiro, datada de 19 de dezembro de 1944: “Vamos conversar coisas sérias, embora a vontade de conversar fiado” (SABINO, 2002, p. 33). Ou ao escrever a Hélio Pellegrino, de Londres, em 21 de agosto de 1965: “Isto não é carta, é um pedido de socorro: sem conversar com você eu morro entupido” (SABINO, 2002, p. 257).

Se a carta é uma “conversa escrita”, não teria ela o poder de tornar presentes os ausentes? O efeito de presentificação dos correspondentes já era observado na Antiguidade, por exemplo, nas cartas a Lucílio, em que Sêneca escreveu: “estou a ver-te diante de mim, Lucílio amigo, estou mesmo a ouvir a tua voz; estou de tal modo perto de ti que já não

sei bem se te vou escrever uma carta, ou apenas um recado para enviar a tua casa!” (SÊNECA, 1991, p. 190). De modo análogo, é o que se encontra no seguinte trecho em carta de Fernando Sabino a Otto Lara Resende, escrita no Rio de Janeiro e datada de 3 de setembro de 1944, referindo-se a uma carta recebida de Hélio Pellegrino: “O Hélio me escreveu uma carta que me deixou emocionado. Preciso escrever a ele. Vocês aí existem, estão ainda junto de mim, e uma carta como essa do Hélio é quase ele em carne e osso de tanto que ajuda e comove a gente” (SABINO, 2002, p. 25).

Mário de Andrade eleva, em carta a Anita Malfatti, o efeito de presentificação dos correspondentes ao seu ápice, sentindo não apenas a presença física da destinatária, mas também dividindo com ela as experiências sensoriais (visuais, auditivas) pelas quais passa:

A lápis em plena aula de História da Música. Os alunos estão escrevendo a sabatina e eu aproveito agora que estão com a cabeça voltada para o papel para te mandar este apertado, apertado abraço às escondidas. Creio que não perceberam nada. Mas considera-te abraçada por este mais que fidelíssimo [sic] camarada. Como vais? [...] Ih! está quasi a bater a hora! Porque não me lembrei antes de te escrever! Daria para umas quatro páginas. Enfim lá vão duas, mas como o meu coração não é lá muito grande (fisicamente) elas dão para embrulhá-lo. Está pois aqui dentro o meu coração. Cuidado! Não leias esta carta no Metrô sinão ele rola pela janela e...
Abraços, Abraços, Abraços
Mário
Bateu a hora, ouviu? (ANDRADE, 1989, p. 85).

A carta, desse modo, torna presentes os ausentes, permitindo que, além de conversarem, quase se sintam um ao lado do outro. Apesar disso, a carta, para a maioria dos seus cultivadores, também apresenta limitações.

5 Limitações do gênero

As considerações sobre o gênero epistolar, porém, não se restringem à firmação do pacto epistolar, a observações sobre a linguagem ou sobre a materialidade da escrita. Há também críticas às suas limitações: apesar de ser vista como uma “conversa por escrito”, nem sempre a carta permitia toda a expressão requerida pelo seu autor. Deriva disso uma consideração como a de Lobato a seu cunhado Heitor de Moraes, em 15 de agosto de 1909:

Tem razão de ser a tua quizília pelo escrever cartas, veículo pequenino demais quando se tem muito a dizer e embaraçoso quando não há assunto. A carta é boa e fácil de se escrever quando há um negócio bem positivo a tratar e por isso o ideal delas me parece que são as cartas comerciais. Que gosto sentar-se à mesa e sem vacilações, sem pensar, lançar no papel um bem caligrafado Am. e Snr., para início de meio palmo de literatura sólida e sucinta! Infelizmente o destino não reserva para nós essa boa delícia... (LOBATO, 1964c, p. 100).

Também o vemos na carta a Artur Neiva, escrita de Nova Iorque e datada de 8 de janeiro de 1930: “só por boca se poderá contar o que isto foi. Não cabe em carta” (NUNES, 1986, p. 161). Ou ainda como se percebe no seu desabafo a Anísio Teixeira, em 12 de abril de 1930:

Só a história das minhas aventuras de cinco meses ininterruptos na Wall Street encheria uma tarde.

Porque entrei de ponta cabeça na especulação em *stocks*, logo no dia do *crash* de 29 de outubro, e na maranha estou até agora. Dei tacadas estupendas e fiz burradas inda maiores, o que há de *thrilling*. Mas... só contado. Carta é uma joça (VIANNA; FRAIZ, 1986, p. 51).

Desabafo que se repetiria anos mais tarde, em carta de 20 de maio de 1945:

Sempre que me sento à máquina para “liquidar” a correspondência, penso em escrever a você – e não escrevo. Não escrevo porque há tanto a dizer que o veículo carta é raso demais – é gôndola, e o assunto é tanto que pede todo um navio-tanque de carregar petróleo. Além disso há sempre a vaga esperança de que, de repente, o Otale me diga (como das outras vezes): “Sabe que o Anísio chega no dia tanto?” Mas os meses se vão passando e nem carta, nem Anísio (VIANNA; FRAIZ, 1986, p. 96).

A mesma constatação de limitação da carta pode ser encontrada, por exemplo, no seguinte trecho de Fernando Sabino a Mário de Andrade, em carta escrita em Belo Horizonte e datada de 30 de janeiro de 1942: “Não é fácil me fazer entender por escrito sobre um assunto grave que só uma longa conversa pessoal haveria de esclarecer” (SABINO, 2003, p. 28). Ou do mesmo Fernando Sabino em carta a Hélio Pellegrino, escrita do Rio de Janeiro e datada de 7 de junho de 1945: “Sua Carta-Poema é a melhor coisa que você já fez, não tem dúvida. A parte do Paulo, então, é

genial e a do Pajé tão bonita, a minha me comoveu até as lágrimas. Tenho algumas sugestões para você consertar uns versos, mas só pessoalmente.” (SABINO, 2002, p. 59). Ou ainda a Otto Lara Resende, em carta escrita em Belo Horizonte em 28 de novembro de 1958: “Ah, se você estivesse aqui, quanta coisa a conversar. Por carta me sinto desajeitado, não consigo dizer tudo o que eu tenho a dizer” (SABINO, 2002, p. 204).

Afinal, escrever cartas dá preguiça, é trabalhoso, cansa. Isso acaba sendo motivo para encerrá-la, como se pode notar na carta de Mário de Andrade a Fernando Sabino, datada de 16 de fevereiro de 1942: “Ainda havia o que comentar na sua carta, mas estou cansado” (SABINO, 2003, p. 38). Ou ainda no comentário irônico de Monteiro Lobato a Cândido Fontoura, censurando-lhe a preguiça em carta escrita em Nova Iorque e datada de 17 de novembro de 1928:⁶

Escrevi-te uma longa pelo passado correio mas creio que a carta seguiu pelo Vestris e foi lida pelos tubarões. Tenho de repetir parte do que nella dizia. Dizia, por exemplo, que de nada adiantou a tua ultima em materia de esclarecimento sobre o desenho. Preciso que me expliques o que queres (e estou desconfiado que não sabes muito bem o que queres, não?). O melhor seria que explicasses ao Leo, por exemplo, e elle me escrevesse, porque noto que tens uma immensa preguiça em explicar as coisas por carta miudamente – vindo dahi a letra espichadissima que adoptaste, meio commodo de chegar ao fim do papel sem grande gasto de palavras. Sem uma idéia exacta do que queres não poderei explicar a coisa ao desenhista (TIN, 2007, p. 330).

Quando não é o cansaço ou a preguiça que impedem a “conversa por escrito”, é a saúde de um dos correspondentes. Lugar-comum da correspondência, a saúde dos missivistas é tema sempre tratado no discurso epistolar, seja em seu caráter informativo (dar ou pedir notícias sobre a saúde dos próprios correspondentes ou de terceiros), seja como estratégia de *captatio benevolentiae* (para predispor, por exemplo, o destinatário ao discurso que se inicia). Assim se pode perceber na carta de Graciliano Ramos ao amigo J. Pinto da Mota Lima Filho, escrita em Palmeira dos Índios e datada de 7 de fevereiro de 1913:

⁶ Carta a Cândido Fontoura. Biblioteca Infantil Monteiro Lobato – São Paulo. Pasta 33, documento 3508. A ortografia original foi mantida.

Fiz um papel desgraçado em não te escrever quando recebi o almanaque. Mas a triste figura que fiz teve um motivo: tenho estado doente como um corno. Doença nos dentes, doença na garganta, doença nos ossos, doença em partes inconfessáveis, uma chusma de achaques que sinto sempre que se avizinham chuvas. Este meu corpo é um saco de moléstias. Enfim posso escrever-te hoje (RAMOS, 1992, p. 19).

É o que se lê também em carta de Mário de Andrade a 19 de março de 1925, em que se desculpa a Anita Malfatti pelo tempo que não lhe escreveu:

Faz tempo que não escrevo pra você. Me desculpe. Coisas de doenças e mais doenças. Às vezes fico a matutar que não duro muito, não. Não pense que isto é romantismo nem verdade verdadeira. São pensamentos que vêm e que jogo logo fora porque não adiantam nada. Só peço pra Deus que me deixe acabar ao menos o que tenho começado pra assim eu me justificar de mim mesmo perante os homens deste mundo. Mas si aquele pensamento vem não é porque eu tenha agora alguma doença grave. Porém são tantas doencinhas ajuntadas, vai uma, ficam outras, entra outra... Que diabo! também o corpo cansa. Um dia vem qualquer coisa mais forte, pan! Mário de Andrade morreu (ANDRADE, 1989, p. 97).

De modo semelhante, em carta escrita em Belo Horizonte a 10 de março de 1942, Fernando Sabino explica e justifica o silêncio da correspondência:

Vou te contar por que não pude te escrever no mesmo dia em que recebi, nem nos outros, só hoje: uma baqueta (da bateria que costumo tocar nas horas vagas) escapuliu de minha mão, e entrou de ponto num dos olhos, rompeu a conjuntiva e causou uma grande erosão na córnea. Isso na quinta-feira antes do Carnaval. Tive que fazer um tratamento muito intensivo, pois ainda faltava uma prova no concurso do vestibular de Direito (prova que tive de fazer com metade da cara anestesiada). Nem pude ler sua carta quando ela chegou, leram para mim. Só muito recentemente consegui recuperar a vista (perdi o Carnaval, agora você imagine...), e não estou muito em condições de grande esforço visual. Estou até de licença na Secretaria da qual sou burocrata convicto... Por isso ainda não lhe escrevi (SABINO, 2003, p. 40).

Isso se explique talvez porque a carta é um escrito, por excelência, inscrito no tempo, que depende de uma série de circunstâncias alheias à vontade do remetente para que se estabeleça a correspondência. Assim, muitas vezes, o tempo também é matéria da carta.

6 Tempo da escritura X tempo da leitura

Inscrita no tempo, a carta, por vezes, também traça considerações sobre a defasagem, o descompasso, entre o tempo de sua escritura pelo remetente e o tempo da sua leitura pelo destinatário, motivo de angústia, muitas vezes, para os correspondentes. Chegaria a carta corretamente ao seu destino? Isso é apontado, por exemplo, por Graciliano Ramos em carta escrita do Rio de Janeiro à irmã Leonor Ramos, em 20 de março de 1915:

Recebi ontem uma carta em que Otilia me anunciava tua partida para essas regiões selvagens. Escrevo-te, mas não sei se este mísero papel te chegará às mãos. É que aquela detestável e preguiçosa criatura nem sequer me mandou dizer quanto tempo te ias demorar por aí (RAMOS, 1992, p. 53).

Diante do silêncio, permanece a dúvida, estendida em carta à mãe, Maria Amélia Ferro Ramos, e datada de 2 de abril de 1915: “Mandeí quarta-feira uma carta a Otilia. Naturalmente ela já a recebeu. Leonor já voltou, ou ainda vive entre os *quipás, mandacarus, coroas-de-frade e xique-xiques* da Maniçoba? Terá ela recebido uma formidável carta que lhe mandei?” (RAMOS, 1992, p.55).

De modo semelhante, Fernando Sabino reflete, em carta a Otto Lara Resende, enviada do Rio de Janeiro em 3 de setembro de 1944, sobre a defasagem entre o momento da escrita e o momento da leitura da carta:

Estou pensando agora uma coisa engraçada, e é que você quando receber esta carta eu já fui e já voltei: já vivi a segunda-feira que é amanhã, provavelmente a terça, e mesmo a quarta-feira. Quer dizer que o que você vai receber é nada mais, nada menos, que um momento, um retrato, um instante, fiel e exato do meu passado! É incrível pensar que você, por exemplo, lendo a palavra AMIGO, que escrevo com carinho e letra maiúscula me referindo a você, é incrível pensar que você estará lendo um momento de minha vida que já passou, que já não é mais porque já se foi – sendo agora apenas uma recordação do passado – recente, é verdade, mas

passado. Veja, Otto, que coisa louca! A palavra amigo que ficou na outra página, que ficou para trás, já era, não é mais e nunca será outra vez, porque o tempo correu... (SABINO, 2002, p. 26).

Exemplar é, ainda, a carta escrita por Monteiro Lobato a sua esposa, Purezinha, quando preso incomunicável em janeiro de 1941. Não sabendo, inclusive, se a carta chegaria às mãos da esposa, ela serviria como espaço para o desafogo da angústia pela qual passava o remetente:

Adeus, minha querida, minha cada vez mais querida Purezinha. Um apertadíssimo abraço, e outro em Rute e Edgard. Coragem aí, que cá do meu lado é o que não falta. Estou escrevendo por escrever, para dar vazão aos sentimentos, porque não há jeito de fazer este papel chegar a você. Incomunicável! Agora compreendo o horror desta palavra (TIN, 2007, p. 187).

7 “*Mon coeur mis à nu*”

Escrito íntimo, a carta permite o desnudamento da alma, condicionado, é claro, ao grau de amizade que envolve os correspondentes. Para uns, a formalidade do gênero é reservada; para outros, imersões psicanalíticas são apresentadas, como se pode observar na carta de Mário de Andrade a Manuel Bandeira, escrita em São Paulo e datada de 22 de maio de 1923:

Deixa-me que te diga com toda a abundância de coração que tu és hoje para mim um dos meus maiores amigos, isto é um homem junto do qual eu sou eu, ser aberto que se abandona. Creio nas afinidades eletivas. [...] Tenho inteira confiança em ti. Confiança ensilvada de amor e reconhecimento. [...] É verdade que me escondo. Ninguém sabe disso. Só tu e meu irmão Carlos (MORAES, 2001, p. 92).

Ou como se lê na carta também de Mário de Andrade a Murilo Miranda e Lúcio Rangel, escrita em São Paulo e datada de 9 de maio de 1936:

É possível que vocês ainda não me conheçam bem, porque, diz o Manuel Bandeira, apesar do meu cem-por-centismo de tudoamar, diz o pernambucano que eu sou desconcertantemente paulista e que na mais aberta das confidências, na alma mais de pijama em que

me apresento, sou duma reserva e duma cerimoniaisidade inglesa. E que o meu amigo mais íntimo jamais está perfeitamente a gosto junto de mim. Tudo isso é possível, e me analisando bem sou levado a contragosto a reconhecer que o Manuel tem razão. Bem. Mas a verdade é que junto desse paulistanismo e o disfarçando (já escutei dos psicólogos de esquina, centenas de vezes, a afirmativa de que “não pareço paulista”...), junto desse paulistanismo sou fundamentalmente cem-por-cento em todas as minhas paixões e convicções. E na amizade (ANDRADE, 1981, p. 29).

Nesse sentido, fenômeno interessante acarretado pela correspondência é o desdobramento dos correspondentes de suas pessoas reais, como se pode notar na carta escrita em Taubaté no ano de 1906, em que Lobato pondera a Rangel:

Hoje vai cartapácio; estou de veia e com saudades. Dirás: “Então por que não vens?” É que este hábito de escrever-nos desdobrou-te em dois Rangéis: o de carne, professor, marido e lá sei que mais; e o Rangel epistológrafo. Este é que é o meu. Deste é que conheço as ideias e manhas. Que fique com dona Bárbara o primeiro. Eu só quero o segundo. Este é o Rangel longe – e bem sabes como o longe embeleza as coisas; faz a montanha, que é verde, parecer-nos azul; e torna também azul um céu de ar incolor. O meu Rangel e o de Bárbara! O dela é o marido, o professor, o gastrônomo, o dono de casa, o filho – o cidadão certamente muito igual a todos os outros maridos e professores e donos de casa, etc. O meu é uma coisa que só eu sei, porque só a mim se revela. É um que me manda todas as flores que lhe nascem no canteiro da inteligência, como diria o Praxedes de Abreu, um jornalista daqui profundamente imaginoso. Estou quase a dizer que um é *la bête* e o outro *l'ange*. E ir ver-te será também levar para aí a *bête* que sou, a ti que só conheces o anjo que também sou. Mantenhamos só a comunhão dos anjos (LOBATO, 1964a, p. 125-126).

A observação se repetiria, anos mais tarde, em abertura da carta escrita em Nova Iorque a 28 de novembro de 1928, num tom de censura: “*Tu quoque!* Até você a publicar trechos de cartas minhas! Não há nada que me desaponte tanto, porque sou um perante o Respeitável Público e outro na intimidade” (LOBATO, 1964b, p. 311).

Também Mário de Andrade faria observação semelhante a Carlos Drummond de Andrade, no final de uma carta do ano de 1925:

Você me desculpe eu falar tanto de mim. Mas eu não posso tirar exemplo da vida dos outros. E também por vaidade não gosto de fazer proselitismo. Então pros mais amigos me conto. Eles que meçam a alma deles pela minha. E se eduquem e se engrandecem mais do que eu. Sem humildade: isso é uma coisa bem fácil. E depois com os da nossa casa eu não sou o escritor Mário de Andrade. Sou o aluno Mário que também aprendo (ANDRADE, 1982, p. 32).

Para uns, o escritor Mário de Andrade; para outros, o Mário de Andrade aprendiz. Se a carta põe a nu o coração do remetente, este escolhe a quem o faz. E, nesse sentido, nem sempre coincidem a imagem construída pelo remetente em certas cartas com sua imagem pública, cristalizada na sociedade. Afinal,

Correspondência é diálogo e o remetente, em vista da maior ou menor proximidade com o seu interlocutor, elege assuntos, experiências e impressões pessoais. A presença do outro determina também as formas do contar(-se), prendendo-se a determinados fins. A experiência comum de quem escreve cartas não ignora que o carteador se modifica em graus diferentes, moldando-se pela imagem que tenciona mostrar ao outro, reflexo não muito distante das ações sociais que modelam o indivíduo em mil facetas da personalidade (MORAES, 2007, p. 75).

8 Considerações finais

A leitura dos trechos transcritos ao longo deste artigo permite concluir que a carta, muito mais que veículo de informação, é espaço privilegiado para discussões de toda ordem, inclusive sobre a sua própria construção discursiva. Reforçam e permitem estender a outros epistológrafos, assim, a constatação feita por Marcos Antonio de Moraes sobre a correspondência de Mário de Andrade:

a carta pressupõe dois componentes determinantes: o ‘diálogo’ e a ‘*mise-en-scène*’. Se o diálogo confere a cumplicidade sugerida por Mário, a encenação direciona a escrita, pois o missivista, consciente ou inconscientemente, passa a atuar em face dos diversos destinatários, modificando-se com a intimidade ou se afirmando no discurso desejado (MORAES, 2001, p. 20).

Os aspectos apontados até aqui são apenas alguns exemplos de reflexões metalinguísticas que podem ser encontradas na correspondência de escritores brasileiros do século XX. O levantamento, o mais amplo possível, dessas considerações sobre o gênero epistolar veiculadas dentro das próprias cartas dos mais diversos correspondentes poderá permitir a construção de um aparato teórico mais sólido para o aprimoramento do estudo da epistolografia no Brasil.

Referências

ANDRADE, M. de. *A lição do amigo*: cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade, anotadas pelo destinatário. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

ANDRADE, M. de. *Cartas a Murilo Miranda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

ANDRADE, M. de. *Mário de Andrade, cartas a Anita Malfatti*. Organização de Marta Rossetti Batista. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

BILAC, O.; BOMFIM, M. Cartas. In: BILAC, Olavo, BOMFIM, Manoel. *Livro de Composição*. 9. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930. p.187-206.

LOBATO, J. B. M. *A Barca de Gleyre*: quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel. São Paulo: Brasiliense, 1964a. t. 1.

LOBATO, J. B. M. *A Barca de Gleyre*: quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel. São Paulo: Brasiliense, 1964b. t. 2.

LOBATO, J. B. M. *Cartas escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1964c. t. 1.

MORAES, M. A. de (Org.) *Correspondência Mário de Andrade e Manuel Bandeira*. São Paulo: EDUSP, 2001.

MORAES, M. A. de. *Orgulho de jamais aconselhar*: a epistolografia de Mário de Andrade. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2007.

NUNES, C. *Monteiro Lobato vivo*. Rio de Janeiro: MPM Propaganda, Record, 1986.

QUEIROZ, J. *O Secretário Moderno ou Guia indispensável para cada um se dirigir na vida sem auxílio de outrem*. Rio de Janeiro: Quaresma, 1950.

RAMOS, G. *Cartas*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

ROCHA, V. M. da. *Por um protocolo de leitura do epistolar*. Niterói: Eduff, 2017.

SABINO, F. *Cartas a um jovem escritor e suas respostas*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SABINO, F. *Cartas na mesa*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SÊNECA, L. A. *Cartas a Lucílio*. Tradução de J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

SUCUPIRA FILHO, E. *A arte de escrever cartas e os meios de adquirir um bom estilo*. 6. ed. [São Paulo]: [s.n.], 1968.

TIN, E. (Org.). *A arte de escrever cartas*: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lípsio. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.

TIN, E. *Em busca do “Lobato das cartas”*: a construção da imagem de Monteiro Lobato diante de seus destinatários. 2007. 548 f. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270302/1/Tin_Emerson_D.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2018.

VIANNA, A.; FRAIZ, P. (Org.) *Conversa entre amigos*: correspondência escolhida entre Anísio Teixeira e Monteiro Lobato. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Cpdoc, 1986.

VINCENT-BUFFAULT, A. *Da amizade*: uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

Data de recebimento: 01 de março de 2018.

Data de aprovação: 22 de junho de 2018.